



Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 29 06 2023

Com: Unanidade

votos a favor

votos contra

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2023

I – ABERTURA

----- Ao dia vinte e oito do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e dezassete minutos reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão do ADR “O Paraíso”, na freguesia de Vale do Paraíso, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **Ponto 1** – Atividade Municipal – Período de 08 de dezembro de 2022 a 08 de fevereiro de 2023

----- **Ponto 2** – Informação n.º 19 / P / DAF / 2022 -----

----- **Ponto 3** – Prorrogação do prazo para concretização da transferência das competências no domínio da ação social ----- P 4/P/2023

----- **Ponto 4** – Autorização para a Assunção de Compromisso Plurianual – Locação Financeira -----

----- P 16/P/2023

----- **Ponto 5** – Revisão Orçamental -----

----- P 18/P/2023

II – PRESENÇAS

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente Em Exercício** – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- **Primeira Secretária** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- **Segunda Secretária** – Elisete Maria Vitorino Rodrigues -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores Alexandre José Gomes Grazina, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Helena Maria Amorim Maciel, Horácio Gomes Ribeiro, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas em substituição de Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Maria de



Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues, Sandra da Luz Pereira Azeitão em substituição de Firmino Miguel Santos Amendoeira e Sérgio Paulo de Sousa Alexandre. Faltou o Senhor Deputado António José da Fonseca Nobre. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pelo Senhor **Presidente Em Exercício** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- O Senhor Presidente Em Exercício informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitou a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Presidente **Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos**, representante do PS sendo substituída pela Senhora Deputada **Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas**, representante da mesma coligação na lista admitida, o Senhor Deputado **Firmino Miguel Santos Amendoeira**, representante do BE sendo substituído pelo Senhor Deputado **António Almeida Lopes Pito**, representante da mesma coligação na lista admitida e o Senhor Deputado **António Almeida Lopes Pito**, representante do BE sendo substituído pela Senhora Deputada **Sandra da Luz Pereira Azeitão**, representante da mesma coligação na lista admitida. -----

----- O Senhor Presidente Em Exercício deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----



----- Pelo Senhor Presidente Em Exercício foram lembradas as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção na sessão, conforme descrito em Edital, tendo a assembleia recebido um pedido de intervenção. -----

----- O Senhor António Pires, questionou onde está alojada toda a informação sobre o PDM, que o senhor presidente disse que disponibilizou aos senhores vereadores e ia disponibilizar ao público. Reiterou o pedido para que lhe fosse facultada toda a informação relativa à revisão do Plano Diretor Municipal. Solicitou ao senhor presidente, se possível, na Rua da Junta de Freguesia de Azambuja, no topo, existe trânsito do lado direito a entrar que se apresenta mesmo encostado ao início da faixa, e seria uma mais-valia colocar lá um espelho para quem vem do lado do Valverde. Alertou também, para um buraco no alcatrão, na rua paralela junto à clínica veterinária. Perguntou se o senhor presidente já se informou, em relação ao que se passa sobre o estacionamento da MODIS, que obriga os motoristas a ir estacionar ao parque da estação do espadanal. No dia anterior, houve uma reunião na câmara, entre o senhor presidente, o senhor vereador, o senhor Luís Pisco, o diretor da saúde da área de Lisboa e a Doutora Fátima Almeida, para tratar do assunto dos médicos de Azambuja, e gostava que dissessem o que tinha sido aprovado, no sentido de informar a população o melhor possível. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, expôs que não está alocado, por ainda não ter de ser tratado. A informação que foi dada aos senhores vereadores é muito densa e de complexa explicação, e o documento vai ser refeito e alojado no sítio da internet da câmara. Irá haver, brevemente, uma reunião com a equipa do Plano Diretor Municipal. Disse que se pode colocar a questão de colocar um espelho, na Rua da Junta de Freguesia, e quanto à questão do buraco perto da clínica, para a próxima semana já têm massas frias para se começar a tapar buracos. Do estacionamento da MODIS, apenas tem conhecimento que a mesma em tempos, pediu à câmara apoio para proibir o estacionamento por cima da plataforma, que faz o atravessamento da linha do Norte. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho, indicou que efetivamente tiveram uma reunião, com a Doutora Fátima Fonseca da direção executiva do SNS, com a diretora do ACES, com o presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Doutor Luís Pisco, com a CERCÍ e com o Senhor Armando Martins do movimento cidadãos de Azambuja, onde esteve em cima da mesa uma



situação protocolar, com a vinda de médicos através de uma IPSS, o caso, a CERCÍ FLOR DA VIDA. Falou-se sobre a questão do protocolo, e a ARS ficou de ver algumas questões legais relacionadas com os médicos que vão ser contratados pela IPSS, mas estão reunidas as condições para a ARS e CERCÍ, no mais curto espaço de tempo assinarem o protocolo. -----

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- ATAS -----

----- Foi informado de que tendo sido distribuídas aos senhores deputados da assembleia as atas relativas às sessões dos dias 17 de outubro e 09 de dezembro de 2022, passar-se-ia à sua votação. --

----- Colocadas à votação, foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- **Ata de 17 de outubro de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Ata de 09 de dezembro de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Daniel Claro (BE)** -----

----- A Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE, apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Daniel Claro, que se transcreve: “Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro nasceu em Santarém a 03/09/1956 e faleceu em Azambuja a 13/02/2023. Uma forte consciência social desde cedo começou a traçar o percurso de ativismo que pautou a vida de Daniel Claro. O jovem de 17 anos, assumido marxista, iniciou a sua atividade na política em vários movimentos de esquerda tendo aderido, no início da idade adulta, à UDP, onde exerceu funções de dirigente local e distrital, tendo sido eleito deputado municipal por aquele partido. Mais tarde, identificando-se com a ideia de uma esquerda mais unida, aderiu naturalmente aos ideais do Bloco de Esquerda, através do qual foi deputado municipal em Azambuja, tendo recebido em 2021 a Medalha de Honra do Município, mais alta condecoração do concelho. Mas a esfera da política não basta ao coração dos grandes. Como recentemente nos lembrou, “Derrotas e vitórias é apenas “o vai vem” da política. Na verdade, ao fim do dia, ao fim dos anos aquilo que conta são as pessoas que tocamos, que ajudamos na sua vida concreta e com os problemas concretos!” O seu sentido de responsabilidade para com a comunidade, aliado ao seu constante “desassossego”, como dizia, levaram-no a acreditar que podia fazer mais e melhor. E fez. Foi em Azambuja, após conhecer aquela que viria a ser a sua esposa, amiga



e companheira de sempre, a Professora Helena Pessoa, que com ela também fez parte da fundação da CERCI FLOR DA VIDA, em 1980, instituição que todos tão bem conhecemos e prezamos e que continua a fazer diferença na vida de tantas e tantas famílias. Era exatamente essa a sua causa maior: as pessoas. Como esse intuito, participou em vários conselhos locais como o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Azambuja, promoveu cursos de alfabetização e de desporto e impulsionou as Danças de Salão no Club Azambujense, tendo estado envolvido no processo de fundação da Federação Portuguesa de Dança Desportiva e sido Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Lisboa de Dança Desportiva durante mais de uma década. Continuou a fazer a diferença na vida de tantos jovens e menos jovens, enquanto secretário-geral da ACISMA, trazendo para o nosso concelho os Cursos de Formação Profissional, incluindo de dupla certificação aos 9º e 12º anos de escolaridade, contributo de uma dimensão inestimável para as nossas gentes. Não menos relevante, nomeadamente para o nosso comércio, foi a sua iniciativa de realizar o Pavilhão das Atividades Económicas, a que se seguiram a Praça das Freguesias e o Pavilhão do Artesanato, criando assim uma dinâmica da Feira de Maio, à qual se dedicava com aquele nosso conhecido fervor temperamental e apaixonado que tantos e tantas motivou e inspirou. A doença degenerativa de que padecia não impediu Daniel Claro de dar sempre o seu contributo, quer enquanto ativista local no âmbito do cooperativismo, da educação, do desporto, cultura e recreio, entre outras, quer na qualidade de autarca cujas opiniões e propostas, sempre pautadas pela defesa da justiça social, nos deixaram um valor inestimável. Que a sua entrega e dedicação ao bem comum possam ser exemplo para todos nós. Uma eterna “Vénia profunda... com Palmas.” A Assembleia Municipal de Azambuja endereça as mais sentidas condolências à sua família e aos seus amigos. Até sempre e obrigada, Daniel!”. Para finalizar, solicitou um aplauso em homenagem ao mesmo. -----

----- Foi colocado à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovado por unanimidade. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, referindo que não podia deixar passar a oportunidade de dizer, que teve a honra de aprender muito com o Daniel Claro, que embora em campos opostos era um senhor. Aceitava todas as opiniões, tinha a sua muito marcada, era um homem que lutava num corpo que não o acompanhava, um homem que lutou pelas acessibilidades,

pelo acesso que ele deveria ter tido melhor, à sua condição, para poder participar de uma forma mais ativa, pois era um homem ativo. Teve o gosto muito grande de o considerar como amigo. Um homem muito importante na política do concelho, um homem muito importante nas questões sociais do concelho. Insubstituível, com um amor maravilhoso, sempre muito correto, sempre defendeu muito aquilo em que acreditava, mas defendeu como um senhor e isso às vezes, deviam olhar um bocadinho melhor para a forma como ele estava na política e na vida. Disse que não podia deixar de fazer a vénia, que a Sandra lhes levou e agradecer em nome pessoal ao Daniel, com quem teve o prazer de trabalhar no Conselho Municipal de Educação, Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e em outros fóruns, e onde aprendeu muito com o mesmo. -----

----- **Recomendação – Introdução Língua Gestual nas sessões da Assembleia Municipal (CHEGA)** -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, apresentou a recomendação, que se transcreve: “Cada um de vós presente nesta Assembleia Municipal, através de uma eleição feita por sufrágio universal, foi eleito e representa a vontade expressa, por parte de todos aqueles que em nós depositaram a sua confiança. Trabalhamos e representamos todos os Municípios do Concelho de Azambuja e devemos estar atentos às suas necessidades e exigências. Reconhecida enquanto língua da comunidade surda portuguesa, pela Constituição da República em 1997, a língua gestual é cada vez mais utilizada a nível mundial, assumindo-se uma ferramenta importante na sociedade, pois permite a promoção da igualdade de acesso à informação e à aquisição e aprendizagem de competências. O reconhecimento social dará à língua o verdadeiro estatuto que ela merece, bem como oferecerá à comunidade surda o reconhecimento de uma minoria linguística e cultural que assim merece ser tratada de forma igualitária. Deste modo, propomos que nas sessões da Assembleia Municipal haja um intérprete de língua gestual, por forma a garantir-se que o trabalho que desenvolvemos chegue às pessoas portadoras de deficiência auditiva, aplicando-se assim o princípio da plena cidadania. Solicitamos que as nossas diferenças, os nossos objetivos políticos sejam colocados de parte e que, em defesa de um bem maior, seja tida em consideração esta nossa recomendação.” -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, afirmando que a recomendação apresentada é deveras importante, pois estão perante a uniformização do acesso à informação. Não tem nada a opor, pelo contrário, irá acompanhá-la, porém o agora proposto acarreta uma vertente



orçamental bastante elevada, não só em termos de recursos humanos qualificados, mas também de equipamento, pois estão a falar de uma profissionalização das transmissões. De reforçar que atualmente, é feita através de um telemóvel, com os recursos da câmara e da assembleia. Dessa forma, há que ter equidade e equilíbrio, pois o ora proposto irá consumir uma grande parte do orçamento, e como tal, iriam deixar de fazer algo essencial. -----

----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 6 (4 CDU e 2 PS) | Favor: 21 (10 PS, 8 PSD, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovada por Maioria. -----

----- **Requerimento – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Azambuja (CHEGA)** -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, apresentou o requerimento, que se transcreve: “Atendendo a que a Assembleia Municipal de Azambuja elegeu, por maioria, em sessão extraordinária, ocorrida no dia 30 de março de 2022, na Associação Desportiva e Cultural de Casais da Lagoa, em Casais da Lagoa, Freguesia de Aveiras de Baixo, como sua representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Azambuja a Deputada Municipal Senhora Marta David Gondar Diniz, a bancada do partido CHEGA vem pelo presente requerimento solicitar informações acerca das atividades desenvolvidas pela Senhora Deputada Municipal, na Comissão alargada da CPCJ de Azambuja, desde a sua eleição até ao presente momento.” -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, disse querer salientar um ponto, que é o já não fazer parte da CPCJ, tendo já apresentado a sua demissão do cargo, há por volta de dois meses atrás, à presidente da assembleia municipal, para proceder à substituição. Esteve presente na primeira reunião da comissão, em que foi elaborado o que depois veio a acontecer de seguida, o projeto dos laços azuis, que aconteceu perto da câmara, e depois elaborou-se também o futuro projeto, que está atualmente em vigor, o projeto Adélia, e não esteve presente em mais nenhuma reunião. A explicação para tal é que nem todas as reuniões ocorrem durante a semana e em horário que não possa estar presente, mas a maior parte delas sim, ou seja, acontecem durante a semana no período da manhã. Quando foi eleita tinha um horário à tarde, porém, quando passou de ano letivo passou a ter horário de manhã, e não conseguiria estar presente nas reuniões durante a semana. Não sente que tenha estado bem na sua posição e no que aconteceu, mas a verdade é que estava completamente impedida de frequentar as reuniões. -----



----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 11 (6 PS, 3 CDU, 1 PSD e 1 BE) | Favor: 16 (6 PS, 7 PSD, 2 CH e 1 CDU) ---

----- Aprovado por maioria. -----

----- O Senhor Deputado André Salema do grupo PS apresentou declaração de voto, que se transcreve: “Dizer que, sempre que estiver em causa o escrutínio dos eleitos, nunca me irei abster e quero que façam o mesmo, se algum dia também necessitar a minha pessoa de escrutínio.” -----

----- **Moção Grupo CHEGA – Pelas Condições de Trabalho e Progressão na Carreira dos Professores** -

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, apresentou a moção, que se transcreve: “A bancada do partido CHEGA, perante os protestos dos professores, com início a 09 de dezembro de 2022, vem apresentar uma moção pelos seguintes factos: - Colocações em locais distantes, da sua área de residência, sem ajudas de custo e obrigando a que deixem para trás as suas famílias, quebrando assim laços familiares; - Colocações, muitas vezes, em locais sem rede de transportes; - Colocações onde é difícil efetuar o arrendamento e o que existe é a preços exorbitantes; - Situações em que os vencimentos auferidos se tornam insustentáveis, face às despesas de habitação em duplicado, transportes e alimentação, entre outros, deixando esta classe empobrecida; - Facilmente encontramos casais de professores colocados um a norte e outro a sul do País, o que obriga a despesas insuportáveis, levando muitos ao abandono da carreira; - O congelamento no tempo de serviço, que inviabiliza a progressão na carreira, tem vindo a ser uma luta constante, levando a que se atinja a idade de reforma sem chegar ao topo da carreira, provocando assim uma diferença, notória, entre os valores descontados e a receber (trabalho/reforma). Por tudo isso afirmamos que, o reconhecimento da carreira de professor é a forma mais eficaz de valorizar o ensino, na perspetiva da formação e da aprendizagem, para a criação de emprego e de desenvolvimento da sociedade. Um estudo da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, concluiu que é necessário contratar até 2030, 34.000 professores! Se estes não existirem, significa que milhares de alunos vão ficar sem aulas por falta de professores, ou seja, por um lado temos os que abandonam a carreira e, por outro lado, os que se estão a formar são insuficientes. Está, pois na mão do Ministério da Educação atrair novos profissionais! Sendo assim, a bancada do partido CHEGA, propõe que seja aprovada esta moção de apoio e de solidariedade para com todos os profissionais da educação, que estão mobilizados, na esperança de que no mais rápido espaço de tempo consigam um acordo entre

partes, que vá ao encontro das suas reivindicações.” -----

----- Interveio o Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU, afirmando a sua perplexidade, pensando até se não será o partido CHEGA uma invenção do PCP. Indo pesquisar no programa desse partido, nada encontrou que possa suportar a moção, bem pelo contrário. Sabe que a senhora deputada do CHEGA é professora e, portanto, deve ter consciência de classe, porém, consciência de classe é socialismo, palavra que o CHEGA abomina, explícito em todo o seu programa. Por conseguinte será corporativa, mas sendo corporativa tem de dizer que é fascista, porque na verdade o Salazar foi copiar à constituição italiana fascista o regime de corporações. A senhora deputada tem de se definir, e questionou se era uma coisa a sério ou se apenas se pretende intrometer-se como um vírus, e alterar assim a democracia. Referiu que é claro que não podiam levar a sério, pelo menos o PCP e CDU não levam. Concorda com tudo o que está na moção, mas se a moção pretende ser conjunta teriam de ter falado. O conteúdo da proposta contem questões que a esquerda diz há anos e que a senhora deputada diz agora. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, disse reconhecer a essencialidade da luta dos professores, é uma classe profissional vital, sem a qual não há outras profissões. Contudo, quando viu a moção não pôde deixar de manifestar a sua perplexidade. Todas as sessões da assembleia municipal, o partido CHEGA tem atacado os funcionários públicos, que no exercício do seu direito constitucionalmente previsto, estão eleitos, ou seja, os funcionários da câmara, funcionários públicos como os professores, e outra coisa, sujeitos a taxa de remuneração única, coisa que os professores não estão. Acha engraçado por ser assinado pela pessoa que é, ou seja, a solidariedade de classe. Só lhe ocorre fazer uma observação e para frasear uma pessoa que bastante estima, “Ou há moralidade ou comem todos”. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, referiu que o sindicato de todos os professores de educação, através do seu líder e fundador, tinha afirmado no início de janeiro que o CHEGA era o único partido com o qual não iria conversar. Não se podem esquecer, que no programa original do partido CHEGA, defendia-se a extinção do ministério da educação e a privatização total do sistema de ensino português. O facto de as propostas terem sido alteradas, é mais uma prova de oportunismo eleitoral, e não uma alteração de pensamento. Nesse sentido, salientou um ponto do programa do CHEGA, das funções reguladoras e arbitrais que diz “ao estado não compete a produção

ou distribuição de bens ou serviços, sejam esses serviços a educação”. Mencionou que se vê o claro oportunismo político, sendo uma obra de caridade mascarada, como já é hábito do partido em questão. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, solicitando ao senhor presidente da mesa, que comunicasse aos presentes que está na assembleia como deputada municipal, e a sua profissão da porta para dentro, é deputada municipal e faz questão que assim seja. O facto de ter assinado o documento não está em causa, apenas foi o líder do grupo municipal que assinou. Afirmou fazer questão de não misturar as coisas, e solicitou por favor que o senhor presidente da mesa tenha isso em atenção. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, afirmou saber que a moção iria mexer com os sentimentos de todos, pois sabe que o CHEGA incomoda. A parte da formação e da educação ao cidadão comum, não convém aos restantes, mas respeita a opinião. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, informou que irá votar contra a moção, porque acha que é absolutamente ignóbil o que se está a passar, que é transformar o que é uma causa nacional, que é a valorização das carreiras profissionais e a reforma do ensino, em bandeiras partidárias. Expôs que as greves têm sido conduzidas pelo STOP, que estava ligado a um grupo de extrema-esquerda chamada, MAS, e o CHEGA entrou de rompão dentro disso. O PCP está aflito, assim como a FENPROF e o Sindicatos de Professores da Grande Lisboa, pois tudo isso é apenas uma guerra pelo poder, para destruir a educação, a educação pública e as carreiras dos professores, pois todos têm só um objetivo, controlar e ter o poder. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, dizendo que o senhor deputado do CHEGA referiu que, os grupos políticos estavam contra a moção, porque não tinham educação ou eram contra a educação tradicional. Portanto, trouxe uma série de notícias que mostram a disciplina e educação das pessoas que fazem parte do CHEGA. A primeira diz, “o supremo condena André Ventura por segregação racial”, a segunda diz “deputado em vice do CHEGA foi condenado por mentir sobre um agente político”, a terceira diz, “deputado Filipe Melo do CHEGA com dívida de oitenta mil euros” e a quarta diz, “André Ventura escolhe militar da GNR condenado para encabeçar uma lista”. -----

----- O Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU, em resposta ao senhor deputado do CHEGA,



referiu que respeitam as suas ideias, e que eles é que não gostam das suas, sendo fundamental o respeito em democracia. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, respondendo à senhora deputada Marta Diniz, que não disse que os deputados não eram educados, nem nunca o diria. Se algum dia o fizer será por distração, e solicitou que façam o favor de o corrigir nessa altura. O que disse, e sublinha, é que sabe que os incomoda a educação e formação. -----

----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 21 (8 PS, 8 PSD, 4 CDU e 1 BE) | Abstenção: 3 PS | Favor: 3 (2 CH e 1 PS) -----

----- O documento foi reprovado. -----

----- A Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE apresentou declaração de voto, que se transcreve: “Eu vou votar contra, porque este documento que aqui está é um *copy* de ideias genuínas, as ideias que levaram à elaboração deste documento são genuínas, a apresentação dele nesta assembleia não é genuína, é tempo de antena, é populismo puro.” -----

----- **Moção Grupo CDU – 8 de março: Dia Internacional da Mulher – Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida** -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, apresentou a moção, que se transcreve: “O Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 (por proposta de Clara *Zetkin*) é um símbolo da luta das mulheres, em diferentes países e no Mundo, contra a inferioridade que lhe foi imposta, na lei e na vida, e a exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, salários baixos e desproteção na gravidez e maternidade. Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo, à negação de direitos económicos, sociais, políticos e culturais. Uma data erguida na luta pela liberdade, democracia e pela paz. Com a Revolução de abril, e o que ela abriu de transformação das condições de vida com essa conquista que constituiu o poder local democrático, em si mesmo fator de progresso também sentido pelas mulheres no seu dia-a-dia, sucessivas gerações de mulheres tomaram nas suas mãos a luta pela consagração, na lei e na vida, dos seus direitos económicos, sociais, políticos e culturais e pela sua participação em igualdade em todos os domínios da sociedade. Uma data que, desde então é comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades. Uma data com memória, mas principalmente futuro na luta das mulheres



pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País. A Assembleia Municipal de Azambuja saúda as mulheres do Concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia na passagem do Dia Internacional da Mulher apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. De igual modo se saúda as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade. A Assembleia Municipal de Azambuja assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera: a) Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem os cumprimentos dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida; b) Promover pelos meios que considere adequados a valorização, a participação das mulheres ao longo da história do Concelho dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos 50 anos do 25 de abril; c) Propor à Câmara Municipal a inclusão no Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais com vista a exigir do poder central as medidas conducentes à garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamento e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência; d) Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento, sinalização das vítimas de violência doméstica; e) Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar» realizando pelo sétimo ano consecutivo a



Manifestação Nacional”. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, afirmou que respeita, e que pessoalmente, subscreve a moção. Tem a plena consciência que a luta pela igualdade dos direitos humanos e as oportunidades das mulheres é contínua, e continua a ser necessária e bastante exigente. Nas palavras do secretário-geral da ONU António Guterres, “alcançar a igualdade e capacitar mulheres e raparigas é o objetivo inacabado do nosso tempo, e o maior desafio dos direitos humanos no nosso mundo”. Têm imensos caminhos para trilhar, apesar de estarem num concelho que podem ver, pela assembleia presente, pelo executivo e pela mesa, que há respeito pela igualdade. Ainda há muito que fazer, nomeadamente, terem de reforçar e até mesmo serem intransigentes com as vítimas e com os agressores da violência doméstica, que afeta maioritariamente mulheres e crianças. Afinal de contas, a luta pelos direitos da igualdade das mulheres, é a luta pelos direitos humanos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, referindo que uns tentam capitalizar o mau estado dos professores, porque para fazer ali uma guerra de sindicatos a ver quem é que controla a situação, ou és comunista ou não és boa mulher, que basicamente é o teor da moção. Afirmou ser evidente que ninguém estará mais a favor da igualdade das mulheres, do género e dos sexos do que o próprio, porém, da maneira como está exposto, é mais uma vez, a tentativa de capturar uma coisa que devia ser universal e unânime contra o capitalismo. Em relação ao capitalismo, é maçador, mas só neste canto do planeta, das democracias liberais que as mulheres atingiram uma situação de liberdade e igualdade, que ainda não chega, obviamente, mas única e avançadíssima na história da humanidade. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, respondendo ao que foi dito, disse não saber onde é que se pode interpretar do que está escrito, que as mulheres só são boas se forem comunistas, visto nem conter a palavra comunismo. Percebe a interpretação, pois cada um faz a que quer, mas referiu que a do senhor deputado é claramente falaciosa e mentirosa, tentando dar uma ideia que não é verdade, ou seja, tenta destruir o que as mulheres estão a fazer, que é lutar por uma causa que são os direitos das mulheres. Foi dito que nunca se conseguiu conquistar tanto como se conquistou nas democracias capitalistas. O capitalismo existe, oprime as mulheres de forma sistémica, tem formas de opressão distintas do que se pode pensar no ponto de vista económico, ou seja, existe ainda desigualdade salarial, a mulher ainda é sobrecarregada com duas jornadas de

trabalho, a que faz no seu trabalho e que muitas vezes tem de fazer de trabalho doméstico, portanto sim, tem implicações. Pode existir um longo caminho que se calhar foi feito, mas foi feito com luta das mulheres, não pelo capitalismo. -----

----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 5 PSD | Abstenção: 7 (3 PSD, 2 PS e 2 CH) | Favor: 15 (9 PS, 5 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovada por maioria. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD apresentou declaração de voto, que se transcreve: “Em relação à moção, passo a citar “uma data que desde então é comemorada pelo Movimento Democrático das Mulheres”, organização do partido comunista ou da CDU para as mulheres, e não me venham com a história do frentismo, que eu essa já sei desde o tempo do Lenine e do Molotov, “pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades”, outras e assim discriminadas. Depois, “deve ser remetido à câmara, juntas e assembleias de freguesia do concelho de Azambuja, à CIG, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN, ao Movimento Democrático de mulheres” e por aí fora. É evidente que isto é, eu conheço as vossas táticas, pelo menos concedam-me isso, já lá andei, isto é, aqueles discursos frentistas, que fala da opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, bom podíamos falar da opressão dos países socialistas das trabalhadoras sujeitas a desumanas jornadas de trabalho, onde é que isto não houve, na União Soviética não houve. Toda a formulação e todo este texto é óbvio que é um texto de captura para uma determinada fração política, uma coisa que devia ser de todas as mulheres, socialistas, não socialistas, todas.” -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA apresentou declaração de voto, que se transcreve: “A bancada do partido CHEGA absteve-se na votação desta moção, pelas seguintes razões que passo a citar. O capitalismo não é o responsável pela diferenciação salarial ainda hoje existente para as mesmas funções entre o Homem e a Mulher, mas sim o resultado da opressão de políticas socialistas que condenaram a nossa sociedade ao não desenvolvimento.” -----

----- **INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS** -----

----- O Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do grupo PS, mencionou que antes da sua intervenção, tinha umas notas a fazer. A primeira é que estranha bastante a intervenção do deputado Carlos Fonte, criticando as mulheres, o socialismo. A vereadora eleita pelo CHEGA até há pouco tempo, era

presidente, convém lembrar, das mulheres socialistas do concelho de Azambuja. E também uma outra nota, o segundo e o terceiro documento já foram bastante discutidos, portanto, o essencial, acha que o documento está bastante discutido, mas queria fazer uma nota ao primeiro documento apresentado pelo CHEGA sobre a língua gestual, esperando que finalmente possam ter, a solidariedade política do CHEGA em assuntos que venham à assembleia e que tenham a ver com a plena cidadania, como a senhora deputada disse, porque plena quer dizer de todos e de todas sem qualquer tipo de diferenciação e sem qualquer tipo de exceção. No passado dia vinte e quatro de janeiro, o país assistiu a mais um intolerável e inadmissível episódio de violência racista que aconteceu nas ruas da cidade de Olhão, nesse dia e nesse local, dezenas de jovens agrediram e roubaram, cobarde e gratuitamente um emigrante nepalês sozinho e indefeso em plena via pública. Nas imagens que se tornaram públicas é possível ver vários jovens a agredir violentamente com paus, murros e pontapés o referido cidadão a quem ainda tentaram queimar o cabelo. Infelizmente, este não foi um ato isolado, existindo outros relatos de ataques contra emigrantes asiáticos e comunidades minoritárias. Essa agressão, tal qual o incêndio em Lisboa, no bairro da Mouraria, que provocou a morte de duas pessoas e ferimentos em outras catorze, ao regime de escravatura em Odemira, destapa uma realidade cruel mais ampla, que é marcada por desumanidade e expressões de xenofobia que infelizmente encontram o respaldo em discursos políticos, saudosíssimos e bafientos. A tortura, a xenofobia e violência não podem ter lugar em Portugal, tem de ser um país de total respeito pelos direitos humanos, onde os crimes de ódio sejam devidamente punidos e onde todas as pessoas, independentemente do seu contexto se sintam seguras e integradas. Ações como essas têm de ser denunciadas e punidas, porque todos devem tratar os outros com a mesma dignidade que desejam ser tratados. Casos como esse merecem o total repúdio e requerem que sejam urgentemente tomadas medidas efetivas, para garantir que ninguém é vítima de tamanha violência. Nesse seguimento e para que situações dessas não se repitam, e sobretudo, para que não tenham lugar no concelho, disse que gostaria de colocar umas questões ao executivo da câmara municipal de Azambuja. Primeiro, se há algum registo de agressões no concelho com esse tipo de contornos, segundo, se existe algum caso identificado de habitação em condições indignas que possa fazer perigar a integridade física e a vida dos seus habitantes, e por último, que políticas de integração é que o município de Azambuja tem em execução, tendo em vista a prevenção desse tipo de

acontecimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que não têm conhecimento desse tipo de agressões. Há rixas, mas não com esse cariz de violência, pelo menos que a câmara seja conhecedora. Quanto às políticas de integração, as escolas são um veículo das políticas de integração que praticam e trabalham em conjunto com os agrupamentos de escolas. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, informou que existem algumas habitações, devidamente identificadas, em condições indignas, e que estão integradas na estratégia local de habitação e as famílias a ser acompanhadas pela equipa da ação social. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do grupo PS, solicitando um pedido de esclarecimento, relativamente a se a identificação das habitações, foi no âmbito do primeiro direito, e se essa informação de alguma forma vai ser disponibilizada. -----

----- Em resposta, a Senhora Vereadora Mara Oliveira afirmou que a informação foi através do primeiro direito, e devido ao RGPD não podem dar essa informação das famílias. -----

----- O Senhor Presidente de Junta Bruno Borda de Água do grupo PSD, referiu um novo alerta sobre mais um perigo, decorrente da colocação por parte do IP, da linha contínua na estrada nacional 3, em Vila Nova da Rainha, no local do cruzamento que dá acesso ao cemitério. Essa linha contínua colocada no local, inviabiliza o corte à esquerda da via, impedindo o acesso aos armazéns, cemitério e ao bairro SOCASA, de quem transita no sentido Carregado-Azambuja, acarretando para toda a população os inconvenientes, que tem levado a vários protestos e reclamações por parte dos fregueses. Para ultrapassar essa proibição, e na ausência de prometidas rotundas que iriam minimizar o problema existente, não estando as pessoas na posição de se deslocarem à rotunda mais próxima, têm verificado vários automobilistas a optarem pela inversão de marcha, junto ao portão da LEILOCAR e junto às instalações do EDGAR & PRIETO. Essas manobras representam um perigo acrescido para a sua segurança e os demais utilizadores da via. Considerando que as juntas de freguesia de Vila Nova da Rainha e Azambuja já fizeram chegar, em tempo útil, o projeto relativamente às possíveis soluções, para melhorar as condições de circulação na estrada nacional 3, e que prometidas rotundas não são construídas, solicitou ser informado em que patamar se encontram as operações para as construções das rotundas, e quais as ações desenvolvidas quanto ao projeto apresentado pelas duas freguesias. Tem sido frequentemente abordado pelos pais das



crianças da Escola EB1 de Vila Nova da Rainha, por causa dos contínuos maus odores no interior da mesma, e questionou quais as medidas que foram ou vão ser tomadas para a resolução em curto prazo desse problema. Por último, perguntou o ponto de situação das obras embargadas no bairro SOCASA e apelou ao senhor presidente que seja feito algo rapidamente. -----

----- O Senhor Presidente de Junta André Salema do grupo PS, mencionou que no momento decorrem duas discussões públicas, muito importantes para o concelho, que se trata do plano de intervenção mais habitação, e tendo em conta o ruído e a discussão que tem sido feito sobre essa matéria, acha interessante que cada um possa contribuir nos locais próprios, dando algum contributo público nessa matéria. Está também a decorrer, o plano nacional ferroviário, que vai ter fortes impactos em Azambuja, e também era importante contributos a esse nível, coisa que a junta de freguesia de Azambuja já fez. Entrando na sua intervenção, deixou duas notas de dois problemas que estão a surgir no concelho de Azambuja, e na sua freguesia em particular, que devem ser do conhecimento público. O que está a acontecer, é que muitas vezes os emigrantes quando vão à junta de freguesia pedir atestados de residência, têm uma dificuldade imensa que os seus senhorios lhes passem declarações para se poderem legalizar, terem acesso ao que é o mais básico que existe, número da segurança social, número de contribuinte e número do serviço nacional de saúde. É preciso um grande esforço para que as coisas aconteçam, estando só a penalizar essas pessoas, a adensar mais o seu sofrimento, que é estar num país estranho. Não é contra que se possa transformar lojas, estabelecimentos comerciais em condições de habitação dignas para as pessoas. Mas queria alertar que no dia quatro de fevereiro aconteceu aquela tragédia em Lisboa, e espera que no concelho de Azambuja, na sua freguesia em particular, onde têm centenas de migrantes a residir, não aconteça o mesmo que aconteceu na Rua da Mouraria em Lisboa. Disse ser importante sensibilizar essas pessoas, que fazem esse tipo de transformações, que as pudessem fazer legalmente, pedindo as suas licenças de utilização e vistorias à câmara municipal, porque não gostava de ver o concelho espelhado numa situação dramática. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor presidente de junta Bruno Borda de Água, informou que por mais do que uma vez tentaram demover o IP para colocação de um tracejado, que permita virar à esquerda, nomeadamente, para se poder entrar para o bairro em segurança. Facto que agora se faz, mas tem ali uma contrariedade, tem de se entrar dentro da via,

entrando numa passagem bastante estreita, e as pessoas que moram mesmo ali ao pé, ou quando há um serviço fúnebre também não se pode virar. Vão mais uma vez insistir para ver se conseguem sensibilizar o IP, para que a situação seja reposta. A questão da construção das rotundas na nacional 3, estão à espera de autorização do ministério das finanças para desbloquear a verba necessária, para se proceder à empreitada. Também têm conhecimento da situação de maus odores na escola primária de Vila Nova da Rainha, o empreiteiro já se deslocou lá, e agora detetaram que tem uma caixa de retenção da gordura na cozinha, que pode de alguma forma estar a bloquear, e iam fazer essa intervenção para verificar o que se estava a passar em relação aos maus cheiros. As obras embargadas, já tiveram uma reunião com o promotor das obras da SOCASA, e estão a ver com o gabinete jurídico a forma de ultrapassar a questão. Ao senhor presidente de junta André Salema, disse que os contributos para o programa mais habitação, são até março, não sabendo precisar o dia. Está a decorrer a questão do plano ferroviário de Azambuja, com a quadruplicação da via até Azambuja. Pensa que é importante, e também estão atentos a todos os impactos que isso possa vir a ter, nomeadamente, até no transporte de mercadorias, que de alguma forma aliviava a pressão que existe na nacional 3. Pensa que o caso dos emigrantes, é uma situação recorrente em todas as freguesias, mas de qualquer forma, vão estar atentos à situação. -----

----- Interveio o Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU, afirmando que queria complementar as declarações apresentadas pelo senhor deputado do PS, Gonçalo. Não é só em Odemira, infelizmente, que isso acontece, está a acontecer há algum tempo também na zona do Alqueva, onde estão a ser construídas habitações que vão ser colocadas no mercado por mais de um milhão de euros. A utilização de trabalho escravo na construção civil é uma realidade já há alguns anos em Portugal, e o governo nada faz, não legisla, não verifica as condições de habitabilidade, e as câmaras não têm capacidade para poder intervir. Indo de encontro ao que disse o senhor presidente de junta André Salema, é um processo kafkiano, a legalização de emigrantes em Portugal, e o governo, mais uma vez, não legisla para agilizar. Foi muito lesto em legalizar os ucranianos que fugiram à guerra, e que na verdade fê-lo muito bem, mas em relação a emigrantes que estão cá há anos nada faz. -----

----- O Senhor Deputado Alexandre Grazina do grupo PS, expôs que a sua intervenção vem no sentido de dar a conhecer, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Associativismo e Desporto, o trabalho desenvolvido nas duas reuniões efetuadas pelos seus elementos. Passou a citar, “No

passado dia vinte e quatro de outubro de 2022, foi dada posse pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Doutora Vera Braz, aos membros da Comissão de Educação, Cultura, Associativismo e Desporto. Neste mesmo dia reuniu a comissão, e no âmbito das áreas abrangidas pela mesma, decidiu-se que todos os membros deviam fazer um levantamento dos temas ou assuntos que gostariam de ver tratados, analisados ou discutidos no futuro e de interesse para o município. Todos os membros da comissão manifestaram o desejo e a intenção de colocar na agenda política e pública para análise e discussão alguns temas, que do seu ponto de vista não têm merecido o devido destaque e atenção, e que pela sua importância ou atualidade poderão influenciar nos mais variados aspetos na educação, cultura, associativismo e desporto do nosso município. Numa segunda reunião, realizada no dia vinte e cinco de janeiro, voltou a Comissão de Educação, Cultura, Associativismo e Desporto a reunir, para análise dos contributos enviados por todos os seus elementos. Daí resultou e concluiu-se, haver uma necessidade de recolher informação diversificada junto do município, agrupamentos de escolas, instituições, associações e coletividades, para um melhor conhecimento das suas realidades e que depois de analisados será seguramente um precioso auxiliar e um instrumento fundamental, para no futuro nos poderemos pronunciar com maior rigor e conhecimento sobre as propostas, documentos, estratégias e políticas na área desta comissão, que certamente virão à discussão e votação no ceio desta assembleia municipal. Depois de toda a informação recolhida, pretende esta comissão promover até ao final deste mandato, um círculo de conferências e debates, onde a pluralidade e diversidade de opinião terá o seu lugar. Neste âmbito e sobre as diversas áreas, será importante refletirmos sobre os seus problemas atuais, imergentes e dificuldades, tendo em conta o futuro que queremos para o nosso município e para quem nos poderá escolher para residir, não se esquecendo da importância destas temáticas, na sua integração e na valorização da nossa identidade. Reconhecendo a impossibilidade de visitarmos todas as escolas, instituições, associações, coletividades, é, no entanto, intenção desta comissão efetuar algumas visitas para contacto direto com a sua realidade. Por fim, pretende igualmente esta comissão no âmbito do cumprimento e respeito pelas suas competências e atribuições, colaborar com o executivo municipal para valorização, melhoria e modernização da nossa escola, cultura, associações, coletividades e demais instituições do nosso município.” -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do grupo CDS, referindo que depois de alguns

tumultos em plena reunião de manhã e agora à noite, o não darem propriamente o melhor exemplo, fez com que pedisse a palavra. Pediu a palavra para dizer que não se identifica na forma como é feito o afronto e o estado de sítio quando se reúnem. Manifestou a sua preocupação face ao facto de, como assembleia municipal, terem claramente a questão da cidadania e da participação cívica, nomeadamente, o exemplo que deve pautar pela conduta de todos, não só na forma do trato, na forma educada como lidam com as situações e pontos de vista. Disse não poder deixar de valorizar o papel das mulheres na assembleia municipal, e também dizer que é legítimo, e não precisam de comemorar no dia oito de março o papel das mulheres. O papel das mulheres deve ser feito e acompanhado diariamente, como também o papel dos homens, porque todos estruturam a sociedade e dependem uns dos outros. Referiu ser importante reposicionar as prioridades, na educação e na forma como estão a dar uma lição cívica aos mais jovens. A participação política e a participação cívica, andam de lado a lado. Não podem ter atitudes como tiveram de manhã, como estão a ter na assembleia, e que os envergonha, e que já sabem que na realidade não faz sentido passar para o público. Deixou um apelo à mesa, de que não podem estar tanto tempo sem os senhores deputados poderem discutir, fazer propostas válidas, pois estão desde o dia dezassete de outubro sem poderem participar, falar, expor, propor e discutir, e é muito tempo. Durante 2022, não teve possibilidade de ter uma chamada de atenção à questão da morte do Professor Doutor Adriano Moreira, e queria na assembleia, por ser uma figura cimeira da democracia em Portugal, por ser um homem que morre com cem anos, que se dedica e é transversal a qualquer sistema político, que acompanhou vários regimes, e conseguiu estar à frente no seu tempo. Expôs que deviam tentar perceber com esses exemplos, com essas lições, pois todos ganham e somam mais. Acha que todos têm e devem reconhecer o papel que têm pela frente, no futuro e não pensar só no presente. Estar à frente do seu tempo é aquilo que o prémio nobel da literatura fez, que comemorou em 2022 cem anos, e esse homem tinha como bandeira também os direitos humanos. É importante perceberem, e estão a falar de migrações, situações pontuais de habitação, precaridade de trabalho, o papel das mulheres, tudo isso aqui, na escola, na estrutura profissional que devem trabalhar. Não é fazer disso o eco por questão política, porque a questão política é resolver. No âmbito de uma coisa que tinha preparado e não teve possibilidade de ler, gostava que, já tiveram crianças e jovens a fazer caminhadas, a pintar camisolas, a falar sobre a questão da não discriminação, e isso é notório, porém

são uma sociedade que está a pensar legislar a eutanásia, já nomeadamente houve aprovação, e passou para o tribunal constitucional e voltou novamente à Assembleia da República. Estão a pensar alterar questões da migração, mas têm pessoas e têm dignidade para as receber e para trabalhar na Ucrânia. Deu os parabéns aos senhores vereadores do PSD, pela ação de manhã, em que pediram um minuto de silêncio em nome das vítimas pela guerra na Ucrânia, ou seja, passou um ano, têm pessoas a morrer em plena Europa, seja porque são migrantes e chegam em embarcações precárias, quer seja por uma guerra, ou seja porque em Portugal se tem condições precárias. É importante perceber que os direitos humanos pautam a vida, e para terminar Saramago diz quase sem pensar, “queres uma causa, tens aí, os direitos humanos”. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, mencionou que após ouvir a intervenção da deputada Helena Maciel, queria dizer que é verdade que a educação é essencial, mas a educação não é ficar calado, não é deixar passar injustiças, injúrias, e as injustiças tanto do ponto de vista pessoal como do ponto de vista social, porque isso não é educação, é submissão e todos sabem onde é que vai levar a submissão, leva muitas vezes o ponto de vista político a regimes limitativos ou autoritários, e do ponto de vista pessoal a situação de limitação psicológica incomportável muitas vezes. Para se lutar, não é possível ficar calado e não é possível apoiar-se na ideia da pacificidade e do conformismo. Referiu que a sua intervenção viria no sentido de deixar a nota a respeito da luta e atividade dos trabalhadores da plataforma logística de Azambuja. Parece que os trabalhadores continuam a ser invisíveis para as restantes forças políticas presentes na assembleia, mas não para o grupo municipal da CDU, que se encontrou em solidariedade com o exercício do seu direito à greve, e à sindicalização, através da presença nos plenários organizados por eles, no dia nove de fevereiro, Dia Nacional de Protesto, indignação e luta que paralisou todos os setores. Um Dia Nacional de Protesto por melhores salários, horários de trabalho, vínculos laborais e condições de trabalho, Dia Nacional de Indignação dirigida às ilegais limitações do direito à greve, do direito à atividade sindical e a todas as práticas discriminatórias. Estão ao lado de todos os trabalhadores e trabalhadoras, dando ao dia atual, em que se vê cada vez mais no país, a ocorrência de agressões racistas, aos emigrantes trabalhadores sob explorados e desprotegidos. Dia nacional de luta por um país soberano, que dê a força a quem produz a riqueza, os trabalhadores. Nos plenários em que estiveram presentes, não só se demonstrou como necessário o aumento geral dos salários, a regulação do horário de trabalho ou a melhoria das

condições de trabalho, mas também, a luta contra a discriminação no local de trabalho, das pessoas sindicalizadas e das mulheres, sobretudo no exercício do direito à greve e à sindicalização e atividade no sindicato. Alguns trabalhadores foram ameaçados com cortes salariais, pela sua participação em plenários do sindicato, sendo constantemente o quadro de sindicalização vandalizado. Mais se adiciona, que foi retirado aos trabalhadores da SONAE o direito a médico da empresa, enquanto extensão do serviço nacional de saúde, sendo que continuam, como já referido em várias assembleias municipais, a trabalhar em situações e condições deploráveis. Afirmou querer deixar claro, a sua solidarização não só apenas perto das massas e dos trabalhadores, mas também nos órgãos de decisão política e que encontram na CDU, a sua voz política presente, para dar mais força aos trabalhadores e lutar contra injustiças todos os dias. Deixou uma sugestão, que tem sido feita pela CDU, que é a tradução dos documentos que são entregues aos trabalhadores naquela plataforma, porque a maior parte dos trabalhadores não têm nacionalidade portuguesa. -----

---- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, questionou ao senhor presidente da câmara, o que já tinha pensado para ajudar o estado de degradação do edifício da banda de Vale do Paraíso, que tanta falta faz à freguesia. Solicitou que a senhora vereadora Ana Coelho, explicasse melhor os termos do protocolo com a CERCI. Por último, perguntou ao senhor presidente da assembleia, se o senhor deputado António Nobre justificou a sua falta, porque na reunião de preparação, na comissão permanente, o mesmo ficou de dar uma breve súmula à assembleia, enquanto representante no acompanhamento do PDM, da reunião em que esteve presente. -----

---- O Senhor Presidente Em Exercício Rodrigo Conceição, informou que não tinha informação do motivo da ausência do senhor deputado António Nobre. -----

---- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, referindo que voltam a uma velha questão, a estrada da Texuga EM 513. Faz um ano que perguntou, pela primeira vez, por que motivo a referida estrada, na zona dos Casais da Margana, teve um corte da via com início a vinte e três de setembro, tendo-se estendido ao longo de setecentos e cinquenta metros apenas. Passou um ano, e a estrada tem bocados que são autênticas crateras e está intransitável em alguns troços, não cabendo dois carros na via. Questionou, no caso de acidente e pneus rebentados, de quem é a responsabilidade, e se a segurança dos munícipes e dos visitantes não deveria ser uma prioridade do executivo. Por último, mencionou que está a aguardar uma resposta do senhor presidente desde o

dia vinte e cinco de outubro de 2022. Na assembleia municipal extraordinária ocorrida no dia dezassete de outubro de 2022, colocou algumas questões, umas foram respondidas, outras não, o que compreende, porque é muito difícil registar tudo no momento, e nesse sentido, enviou um e-mail a vinte e cinco de outubro de 2022 a solicitar as respostas. A vinte e oito de dezembro, tomou a liberdade de entregar em suporte de papel as referidas perguntas, e passados quatro meses sobre o pedido, nada chegou. Os prazos definidos no regimento da assembleia já prescreveram, e a senhora presidente do órgão não tomou qualquer tipo de medidas. Denota uma tremenda falta de respeito para com um partido político, com assento na assembleia e que teimam em ignorar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria João Canilho, em relação ao espaço da banda de Vale do Paraíso, informou que já foi feito um levantamento e já se identificaram os materiais, e vão lançar o procedimento assim que tenham o levantamento todo, para entrarem em obra e fazerem o reforço do espaço. Relativamente à questão da senhora deputada Maria de Fátima Pinto, da estrada da Margana, expôs que quando foi intervencionada com o saneamento, se conseguiu fazer um acordo com o empreiteiro, e entre o mesmo e a câmara conseguiu-se fazer a tal parte da 513. Têm previsto e anda a ser feito, o levantamento topográfico, e pensa que durante o ano de 2023, ainda se vai lançar concurso para a estrada toda, freguesia de Azambuja, Vale do Paraíso e Aveiras de Cima, ou seja, começa na Margana e acaba na primeira rotunda do Vale do Brejo. Quanto aos acidentes, as pessoas acidentadas têm de chamar o pronto-socorro para se socorrerem e chamar a GNR, que através do auto da GNR, conseguem encaminhar para o seguro, para assumir a responsabilidade da situação. Em função da falta de informação, vai ver o que se passa, e pensa que brevemente será feita a entrega da mesma.

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho, respondendo à senhora deputada Maria João Canilho, informou que o protocolo entre a CERCI e a ARS, ainda não está elaborado. O que está em cima da mesa, é uma equipa de cinco médicos, com horário semanal das dezoito horas e trinta minutos às vinte e duas horas e trinta minutos, sendo que ao sábado será durante todo o dia. À partida, a localização será nas instalações do centro de saúde de Azambuja. A ARS ficou de ver a questão jurídica, relativamente à questão da contratação dos cinco médicos por parte da CERCI, pois será a CERCI a contratar, não o município. No momento não está em cima da mesa o município ter algum tipo de intervenção, a não ser que futuramente os valores que fiquem acordados entre a ARS e a



CERCI, não sejam os melhores, e o município ter de entrar com alguma contrapartida, estando disponível para isso. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, dizendo que em primeiro lugar se ia dirigir ao senhor presidente da mesa. Em seguimento do que surgiu de manhã na reunião de executivo, continuam a ter na assembleia um telefone e um microfone. O que sucede, é que a maior parte das vezes que têm tido assembleias, todos os equipamentos, por norma às vezes até falam de costas para a mesa, e o que obtém as imagens filma as pessoas de costas quando se deslocam, o que não é confortável. É urgente a assembleia ser contemplada com diversos meios de obtenção de imagens, que foque a mesa da assembleia, a mesa de executivo e todos os deputados. Verifica que se encontra um microfone para a mesa do executivo, porém, o deputado se quiser intervir tem de se deslocar, porque se o fizer com o microfone portátil não aparece nas imagens. Têm um executivo que tem contemplado para cada um, e não tem nada contra, um copo para o consumo de água, enquanto os deputados apenas têm a garrafa. Os deputados da assembleia municipal, quando reúnem em reuniões que não são descentralizadas, continuam sem ter uma sala digna na sede concelho, para reuniões da assembleia e outros eventos que pudessem suceder. O que existe, não se tem espaço para escrever e não se pode ligar um computador. Mencionou que vão andando à caridade dos outros, às associações que têm a amabilidade de os acolher da melhor maneira possível, e nesse seguimento agradeceu a todas as associações do município onde já passaram, a maneira como os têm acolhido. Solicitou ao senhor presidente da mesa, que levasse em consideração as preocupações expostas e que tome diligências para que sejam corrigidas, para que sejam iguais, como tanto apelam. De seguida, dirigindo-se ao senhor presidente da câmara, mencionou que passado o prazo da ocupação da Escola Francisco Almeida Grandella, pretendia a informação, se já foi feita uma visita ao imóvel para saberem o estado de degradação em que ele se encontra. Questionou também se já tem algum projeto para o edifício no futuro. Relativamente ao cruzamento de vale judeus, perguntou se já avançou com a reclamação em suporte informático ao IP e qual o ponto de situação atual. Chegaram à altura das podas, vão ter sobrantes e já ouviu falar nessa preocupação, de misturar os sobrantes das podas e os verdes do jardim. Perguntou se já existe alguma alternativa à separação ou um local onde se consiga colocar os sobrantes. Em relação à fibra no Alto Concelho, tinha sido falado que ficava implementada nos primeiros seis meses do ano de



2023, e perguntou em que estado está a implementação da mesma. -----

----- O Senhor Presidente Em Exercício Rodrigo Conceição, referiu que a mesa tomou nota das preocupações do senhor deputado Carlos Fonte, em relação aos meios audiovisuais e às condições da sala. Começaram com a assembleia e executivo atual a tratar de dinamizar mais, e de mostrarem aos munícipes o trabalho desenvolvido. Naturalmente não são as melhores condições, todos têm esse conhecimento. As transmissões, exigem realmente meios muito mais capazes, mais câmaras, muito mais microfones, porém, não é possível ainda. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do grupo PS, dizendo que queria deixar três breves notas sobre o que foi dito, entretanto. A primeira, é que no seguimento da intervenção da deputada Helena Maciel e também de outros deputados que fizeram essa ressalva, da política do comodismo. Expôs que vai à assembleia para dizer aquilo que pensa, na forma que acha que é a mais adequada para passar a sua mensagem, como acredita que os senhores deputados façam a mesma coisa. Ninguém tem o poder de definir de forma concreta e definitiva, aquilo que é a qualidade da intervenção dos deputados. Quem se pronuncia sobre a qualidade das intervenções são os cidadãos, de quatro em quatro anos, nas eleições que votam para o órgão que é a assembleia municipal. A segunda nota, é deixar uma palavra de parabéns ao Centro Cultural Azambujense, que pensa que recentemente foi premiado com um prémio internacional, pelas performances musicais e pela missão musical que desempenha no concelho. Para terminar, a deputada Marta Diniz, referiu e bem, a questão da importância de haver documentos percetíveis para as pessoas que não falam a língua portuguesa. Queria deixar o bom exemplo, do que é feito na junta de freguesia de Azambuja, que foi numa fase inicial da guerra na Ucrânia, quando houve acolhimento mais massivo de refugiados, lembra-se de ver umas publicações em língua ucraniana feitas pela junta. Acha que é um exemplo que se deve manter, e se possível deve ser replicado nas várias instituições políticas, e cuja mensagem deve ser percetível para quem não fala português e para quem não tem conhecimento e acesso à língua portuguesa. -----

----- A Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE, questionou em que estado se encontra a requalificação da Escola Secundária de Azambuja e os prazos, e quando é que vão dar fim ao inferno que é a estrada nacional 3. Referiu que os poluentes da ribeira do valverde estão identificados, e perguntou quais são as soluções e prazos. Solicitou que a esclarecessem melhor, relativamente ao

protocolo com a CERCI. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expôs que nos países civilizados onde o estado é amigo dos cidadãos, quem separa o lixo para serem recolhidos, tem uma bonificação na taxa. Em Portugal, e sobretudo no concelho, não só a taxa é curiosamente indexada ao consumo de água e aumenta 30%. A câmara há uns meses instalou uns contentores amarelos e azuis em Vale do Paraíso, porém, quando o carro da ECOAMBIENTE passou há umas semanas nas ruas das eiras, foi tudo de seguida, os contentores azuis, verdes e amarelos. Questionou o que se está a passar, pois as pessoas diferenciam o lixo e depois vai tudo junto. A segunda questão está relacionada com a situação do cemitério de Aveiras de Cima, visto que o senhor presidente informou que já havia projeto, perguntou se já houve mais algum avanço em relação ao assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, informou que já tomaram posse da Almeida Grandella, mas ainda não a visitaram e não têm qualquer tipo de ideia em relação a essa matéria. Vão visitá-la em breve, e, eventualmente, fazer um concurso de ideias, para que as pessoas possam também intervir, orientando, ajudando a colocar ideias para aquele espaço. Quanto ao cruzamento de vale judeus, já fizeram o trabalho de casa, vão enviar para o IP, e está em ir para a próxima semana ao IP, falar pessoalmente nessa questão. Ainda não têm um sítio para colocar as podas e os sobrantes, parte é recolhida pela ECOAMBIENTE, mas já estão a dar passos largos no projeto parque ambiental. Já têm uma equipa de projeto que irá trabalhar brevemente no desenvolvimento daquele espaço, e querem lá implementar uma situação de recolha dos verdes e tratamento dos verdes. A fibra ótica no Alto Concelho, estão no momento nos Casais das Boiças, e a ideia é cobrirem a freguesia de Alcoentre, Manique do Intendente e o Alto Concelho todo. A senhora deputada Sandra Azeitão, falou na Escola Secundária de Azambuja, e já foi aberto o concurso público para a sua requalificação, entretanto, houve um problema jurídico e o mesmo teve de ser anulado, e vão lançar um novo concurso. A ribeira do valverde, vão novamente limpá-la, já quantificaram um conjunto de adoções de saneamento para ver se conseguem estancar aquela hemorragia. A estrada nacional 3, estão a aguardar que o ministério das finanças liberte a verba para o efeito. Respondendo ao senhor deputado José Navarro, expôs que já tinham conhecimento do sucedido na rua das eiras, e já deram indicações para que não volte a acontecer. O cemitério de Aveiras de Cima, vão lançar o procedimento ainda no ano corrente, para concurso público, na ordem



de um milhão e meio de euros. -----

----- Foi realizado um intervalo de dez minutos. -----

VI – ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 08 de dezembro de 2022 a 08 de fevereiro de 2023

----- A Senhora Deputada Helena Maciel do grupo CDS, destacou três pontos do plano de atividades. O primeiro começa por jardim de natal, e foi em outubro solicitado ao senhor presidente que repensassem na deslocação do espaço, face à questão do atraso das obras e do não acesso ao espaço. Face a isso, disse gostar de saber o número de participantes no jardim de natal. Outra questão, relacionada com o museu, é que vê que há dois critérios e duas medidas, por um lado pelo facto de o museu ter a candidatura que integra a rede de museus da lezíria do tejo, contudo, há um fator funcional que deve ser visto, que é dentro dos quatrocentos e quatro visitantes, quantos são do concelho e de fora. Não têm essa informação, e também não têm a indicação do efetivo nas visitas que foram orientadas para a CERCI e a UTICA, tal como acontece nas escolas. Referiu que ao colocarem a estatística rigorosa relativamente aos visitantes do museu, começam a ter a perceção da mobilidade e presença do museu pós requalificação, fora e dentro do município. Questionou se têm abertura para aceitar mais espólio ou se as reservas no momento já não comportam. Na sequência da inauguração do museu, fez um e-mail com uma pequena análise sobre os pontos de segurança, e gostava de saber se já houve incidentes no mesmo, face aos pontos de segurança identificados. A proteção civil fala do comando regional de Lisboa e Vale do Tejo, e gostava que fosse esclarecido essa mudança e também face à questão da escola protegida, que foi feita uma ação de sensibilização, se estão a envolver também a segurança nas escolas. Questionou o que tem acontecido durante as madrugadas na estrada nacional 3, pois tem existido trânsito condicionado, com zona de obras. Relativamente ao programa de guardas noturnos, perguntou quantos guardas noturnos têm e o que é a manutenção do programa. Expôs a sua preocupação quanto à insegurança e falta de efetivos, e interrogou se já chegaram novos elementos à GNR de Aveiras de Cima e Azambuja. Referiu que gostava de saber como está a análise da nova carta de perigosidade de incêndios rurais, e se está integrada na proteção civil. A tomada e a chegada dos alunos a Vila Nova

da Rainha está a acontecer em plena via pública, e perguntou o que se está a passar para estes não estarem num local seguro com as carrinhas num local seguro. Presenciou a alteração feita dos postos de iluminação, e a situação foi bem reposicionada e está tratada. Quanto à atividade desportiva das crianças de Vila Nova da Rainha e atendendo que sabem que as crianças não têm local de segurança, nem local de conforto para o fazer, perguntou o que é que o senhor presidente tem pensado como alternativa para manter a continuidade, face à situação adversa do tempo e também pelo facto de já haver levantamento de falta de condições de segurança no pavilhão gimnodesportivo de Vila Nova da Rainha. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do grupo PSD, afirmando ter alguns pedidos de esclarecimento sobre o plano de atividades. No ponto zero um zero quatro zero dois, projeto de contraordenações, gostava de saber em que é que consiste o projeto de contraordenações, quanto vai custar à câmara, quando vai estar operacional e que benefícios é que o município vai tirar desse projeto. Ponto zero dois zero um zero dois, revisão do PDM, gostava de saber em que ponto é que está, até porque o relatório de atividades diz que no dia três de fevereiro de 2023 houve uma conferência procedimental da revisão do PDM. Ponto zero dois zero três zero quatro, plano estratégico local de habitação de Azambuja, na atividade municipal apresentada no dia catorze de dezembro de 2021, dizia que foi assinado o acordo para a concretização do programa primeiro direito, e no atual plano de atividades diz que a câmara está a lançar o projeto de execução do primeiro direito, e gostava de perceber que projeto de execução é esse e em que consiste. Educação, ponto zero seis zero um zero um zero um, equipamentos escolares, é referido o fornecimento e montagem de ar condicionado em escolas, e queria saber em que escolas. Teve conhecimento que os jovens da escola de Manique quando usam o pavilhão para fazer exercício, depois das aulas de educação física têm de tomar banho de água fria, por falta de água quente e pretende saber se já está resolvido e porque é que acontece. Depois o ponto zero seis zero um zero um zero dois, requalificação da escola de Azambuja, aparece no relatório revogação da decisão de contratar, e gostava que o senhor presidente explicasse um pouco mais o sucedido. Deu os parabéns por no relatório aparecer pela primeira vez, desde que foi eleito, os números dos licenciamentos urbanísticos. Mencionou que foi eleito há um ano e meio, viu duas contas de dois anos, e há sempre uma grande parte da verba orçamentada que não é gasta. Tirando as despesas correntes que a



câmara gasta, não poupam um cêntimo, tudo o que é taxa de execução de aquisição de bens, de capital, ou seja, investimentos fica sempre muito aquém daquilo que é orçamentado. Em 2022 a taxa de execução foi 65%, em 2021 foi 69%, ou seja, a câmara tem poucos projetos para executar, e depois os poucos projetos que apresenta realiza 70% dos mesmos. Se cruzarem o que foi a discussão da taxa do IRS e do IMI, que se mantiveram no máximo, a câmara continua a exigir dos munícipes que deem dinheiro, para depois não executar. No momento a câmara tem um saldo que vai transitar, que foi distribuído, e que deu origem a uma revisão orçamental dois meses depois do orçamento ser aprovado. Deixou a questão de que a câmara, tendo em depósitos cinco milhões seiscentos e sessenta e quatro mil euros, para fazer face a compromissos, por que motivo quer ter dinheiro em caixa, quando há muita coisa para fazer no município. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, à senhora deputada Helena Maciel, relativamente a obras de noite na nacional 3 disse não saber o que é. Quanto aos guardas noturnos, existe um em Aveiras de Cima e outro em Azambuja, que prestam serviços de vigilância noturna. A chegada e partida dos jovens faz-se no local que referiu, até encontrarem outro mais seguro. Houve um tempo que o pavilhão gimnodesportivo não dispunha de segurança, mas agora o pavilhão já se encontra reativo e a fazer um conjunto de atividades. Em resposta ao senhor deputado Nelson Rodrigues, informou que o benefício que o município tem, na questão das multas, é que um determinado de multas passou a ser cobrado pelo município, ou seja, 70% vai para o município e 30% para a GNR, e tiveram de fazer a contratação numa plataforma. -----

----- A Doutora Irene Lameiro, explicou que a plataforma é software e prestação de serviços de gestão e instrução administrativa de contraordenações rodoviárias, portanto, não se trata só da plataforma, mas também da gestão das contraordenações e o valor da adjudicação foi de seis mil duzentos e vinte e cinco euros, para mais de um ano. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em relação ao PDM, expôs que houve uma reunião no dia três de fevereiro de 2023, na Conferência Procedimental da revisão do PDM de Azambuja – ponderação e votação final da proposta de plano, em que estiveram presentes todas as entidades que têm de dar parecer. Deram os seus pareceres, os seus concelhos, os limites, Vila Franca, Rio Maior, Cartaxo, Santarém. Brevemente, conforme já teve ocasião de referir, vão ter uma reunião interna, em que, numa primeira instância irão os senhores vereadores, e depois aos senhores

deputados municipais, quando o documento estiver preparado para essa fase. O fornecimento de ar condicionado foi para a Escola Boavida Canada e Escola Primária de Vale do Paraíso. A questão da água quente dos meninos da escola de Manique, é que os senhores da casa do povo desligavam a caldeira. Ficou combinado que deixavam a porta fechada e depois, quando os meninos forem fazer ginástica, a pessoa que lá está com os mesmos vai ligar a caldeira e depois desliga quando já não for necessário, portanto, já está resolvido. A revogação da adjudicação, houve uma situação menos correta na apresentação da proposta e tiveram de deitar o concurso abaixo, e vão abrir novamente um procedimento. Quanto ao IMI, o mesmo não está na taxa máxima de 0,40%, está a 0,35%. -----

----- O Senhor Vice-Presidente António Matos, referiu que no que diz respeito às visitas do museu, não tem os dados concretos, mas pode dizer que têm tido muitos visitantes de fora. Os visitantes de fora são muitos, e normalmente, com visitas organizadas para se fazer a visita acompanhada de um técnico do museu, e as pessoas do concelho, especialmente de Azambuja, fazem essas visitas mais de forma individual. O museu tem tido também uma atividade enorme com os serviços educativos, todas as turmas até ao nono ano têm tido um dia no museu, e tem sido muito profícuo. O museu tem as reservas e o espólio que não está a ser utilizado, está nas reservas do museu e a todo o tempo aceitam mais espólio, porque duas das coleções são temporárias e vão renovando. Informou que na altura do mês tauromáquico, todos os quadros da Maria Cristina, que tem a ver com toureiros, portanto, é espólio do museu, não está no museu, mas vão fazer uma exposição na biblioteca municipal que estará patente durante todo o mês de maio. Os acidentes ou incidentes, que tenha conhecimento, não houve nenhum. O natal, podiam fazer uma análise, mas será sempre uma análise algo grosseira, que tem a ver com as pessoas que entraram para a pista de gelo e para o outro divertimento, porém, este ano houve menos pessoas, mas também porque tiveram muitos dias tudo fechado, devido à intempérie. Não conseguem fazer termos comparativos se foi porque a estrada não estava com acesso ou se foi devido àqueles dias que estiveram fechados. Quanto à estratégia local de habitação e ao facto de só agora estarem a ser feitos os projetos, demorou mais tempo do que devia, por vicissitudes internas. Estão a avançar com os projetos de Vila Nova da Rainha, da SOCASA em Azambuja e da recuperação do PER. Vale Judeus, que também é um prédio para recuperar, para arrendamento acessível e o do Oteiro, que parte é para arrendamento acessível e outra parte para o primeiro direito, ainda estão com algumas identificações dos prédios. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho, relativamente ao sistema de proteção civil que a deputada Helena Maciel questionou, informou que no início de janeiro mudaram o sistema de proteção civil, de uma estrutura distrital para um modelo sub-regional. Com a legislação de 2019 foram criadas várias regiões, nas quais estavam ainda integrados os comandos distritais de operações de socorro, em que os municípios estavam agrupados por distrito, e atualmente estão agrupados por sub-regiões, correspondendo cada uma dessas sub-regiões às comunidades intermunicipais. A alteração que houve foi que deixaram de responder a um comando distrital, o comando distrital de Lisboa, e passaram a responder ao comando sub-regional da Lezíria do Tejo, que engloba os onze municípios da Lezíria do Tejo. Em termos operacionais, a articulação foi pacífica, e há muita coisa que ainda não foi passada da parte distrital para a parte do comando sub-regional. No que diz respeito à central municipal de operações de socorro, também foram articulados todos os procedimentos, e o cidadão continua a ter a resposta que sempre teve. Relativamente à questão da carta de perigosidade, o município de Azambuja tem uma válida até 2024, que faz parte integrante do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios. Já houve alguma legislação, no que diz respeito à carta estrutural de perigosidade de incêndio florestal, que foi elaborada pelo ICNF, e foi publicada o ano passado em março, mas, entretanto, como tinha bastantes constrangimentos e imperfeições, foi suspensa, por isso, o município está a aguardar informação e regulamentação relativamente à nova carta estrutural de perigosidade de incêndio florestal. Expôs que passaram de dezoito comandos distritais para vinte e quatro sub-regiões. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, questionando o motivo para, na página três, código zero dois zero três, designação urbanismo e habitação, referirem que estão em procedimento de revisão os regulamentos, municipal da urbanização e da edificação, da toponímia e numeração policial, de ocupação de espaço público e publicidade e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e serviços, conforme estava na informação da atividade municipal anterior. Na página dezasseis, código zero sete zero quatro zero cinco, designação conselho municipal de juventude, em implementação, porém, na atividade municipal anterior já se encontrava em implementação, e perguntou se continua. Página vinte e um, código zero oito zero dois dezoito, designação Plano Municipal de Igualdade – Azambuja + Igual, refere que o mesmo foi concluído, mas deve haver um lapso, pois foi solicitado à assembleia municipal o envio

de sugestões para integrar o plano até dia catorze de fevereiro, e o período da atividade terminou a oito de fevereiro. Por último, página vinte e dois, código zero nove zero dois, designação corpo de guardas-noturnos, manutenção do programa, questionou o que significa. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, perguntou o que significa, quais os critérios e de que forma, o apoio a empreendedores que pretendem acrescentar valor ao concelho, que está na página vinte e três, ponto dez zero três zero seis. Relativamente ao inquérito realizado ao comércio eletrónico, no plano de atividade municipal diz que foi realizado, e gostava de saber quais foram as questões, de que forma se realizou e quais foram os resultados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, disse que continuam a trabalhar nos regulamentos, e pensa que na assembleia municipal de abril já terão algumas condições para levar algum deles que esteja despachado. O conselho municipal da juventude está igual. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, explanou que o plano municipal já está concluído. Na altura foi enviado a todos os deputados, já foi apresentado ao executivo, e se bem se recorda, as sugestões eram pedidas até dia seis, mas houve um pedido de prorrogação de prazo. No momento, o que estão a fazer, é colocar as sugestões enviadas pelos deputados. O plano que foi elaborado pela equipa estava terminado, e agora vai ser apresentado na próxima reunião de câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, ainda em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, explicou que a manutenção do programa é continuar com o programa dos guardas noturnos, dando o contributo que a câmara dá com a ACISMA, nomeadamente, pagando parte do vencimento dos guardas noturnos. À senhora deputada Marta Diniz, disse que o município está disponível para apoiar todos os empreendedores que lhe batam à porta e tragam mais-valia, inovação, bom ambiente, portanto, tudo o que tenha a ver com esses aspetos essenciais. Foi realizado um inquérito a uma mostra de comerciantes locais, sobre o interesse do desenvolvimento de uma plataforma de comércio eletrónico, na perspetiva de os comerciantes se poderem inscrever e a partir daí poderem transacionar os seus bens. Teve adesão, mas depois esmoreceu um bocado, e não sabe como está a situação atualmente. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE, perguntando porque é que transitam mais de quatro milhões e quinhentos mil euros de uma gerência para outra. Relativamente à

atividade municipal, disse ter umas dúvidas relacionadas com os processos judiciais em curso. Houve um pagamento de faturas, de mais de oitocentos e trinta mil euros das ÁGUAS DO OESTE, e questionou a que se refere. Depois, um pagamento de dezasseis mil euros, pela RODOVIÁRIA DO TEJO, contra o município, responsabilidade civil extracontratual por acidente de viação, e também gostava de perceber a que se refere. Por último, existem inúmeros valores pedidos pela TRIAZA, e queria saber como se encontra o ponto da situação. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Helena Maciel do grupo CDS, elucidando que tinha perguntado também ao senhor presidente se tinha havido reforço de efetivos da GNR ou não. Relativamente à questão da escola protegida, falta responder o âmbito da segurança. Está programado um simulacro para dia quatro e era importante reforçar o papel que tem esse exercício no âmbito, não só, da articulação de meios, teste à capacidade de resposta, mas também para a questão da validação, pois uma vez que falou do plano, para os incêndios rurais estar proposto e válido até 2024. Para finalizar, questionou como está o plano municipal de emergência de proteção civil. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expôs que não se sente inteiramente esclarecido em relação ao ponto zero seis zero um zero um zero dois. Quanto à requalificação da Escola Secundária de Azambuja - relatório final – revogação da decisão de contratar, o senhor presidente foi muito vago e não se percebe. Perguntou quais são os passos seguintes e o que vai acontecer. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, começou por responder ao senhor deputado José Navarro, a informar que vão lançar um novo concurso e esperar que o mercado reaja. Parte dos concursos do estado têm estado a ficar desertos, e no que abriam só tiveram um concorrente, mas passa a redundância e espera que as coisas corram bem, e que se cumpra todos os requisitos que a lei assim obriga. Em resposta à senhora deputada Sandra Azeitão, elucidou que em dezembro entraram mais de três milhões de euros, portanto, é impossível gastarem o dinheiro em menos de quinze dias. A questão dos oitocentos e trinta mil euros das ÁGUAS DO OESTE, foram solidários, em conta com um processo que as ÁGUAS DO OESTE têm contra as ÁGUAS DE AZAMBUJA. Enquanto a câmara de Azambuja foi detentora do sistema das águas, as ÁGUAS DO OESTE, que já forneciam a água em alta, nunca cobraram os mínimos, e quando em 2009 as ÁGUAS DE AZAMBUJA tomaram conta do sistema, passaram duas faturas com os mínimos. Existe um acordo, um compromisso por parte das ÁGUAS DE AZAMBUJA, que se a câmara for condenada pagarão a conta. Da RODOVIÁRIA

DO TEJO, foi um acidente que houve com uma tranca de um sobreiro, que se partiu quando a camionete ia a passar, e partiu o vidro e mais uma série de coisas, mas não houve danos pessoais. Quanto à TRIAZA, pensam que o processo vai durar uma vida e que vai ser infrutífero. Respondendo à senhora deputada Helena Maciel, informou que não houve reforço dos efetivos da GNR. -----

----- A Senhora Vereadora Ana Coelho, informou que já foram feitas três sessões em cada um dos agrupamentos de escolas do concelho, com todo o pessoal docente e não docente, e vão começar com a comunidade escolar, nomeadamente, formar os alunos desde os mais pequenos até aos maiores. Isso só em resposta em caso de acidente grave ou catástrofes na escola, porque como têm visto ultimamente, nos sismos da Turquia, na Síria, quem está lá para ajudar é a pessoa mais próxima, e muitas vezes não são os operacionais que estão no terreno. Por isso é importante formar, sensibilizar, estão a começar pela comunidade escolar, mas querem alargar a toda a comunidade essas formações e sessões, porque consideram bastante importante estarem todos preparados para alguma emergência. Referiu que no dia seguinte é o Dia Internacional da Proteção civil, e iniciam a semana da proteção civil com uma série de iniciativas com a semana da proteção civil, que dura até sábado. No dia seguinte vão ter uma exposição dos veículos dos agentes de proteção civil, junto ao parque de estacionamento da praça de touros. No dia dois de março, terão nas escolas a distribuição do folheto e a sensibilização do que é a proteção civil, e vão também fazer um simulacro na escola sede do agrupamento de escolas Vale Aveiras. No dia três vão ter o dia do quartel aberto, em que os alunos poderão visitar não só os quartéis dos bombeiros e da cruz vermelha, mas também os quartéis da GNR de Azambuja e Aveiras de Cima. No dia quatro, terminam com chave de ouro, com o exercício *trainex*, um exercício que está a ser planeado pelos bombeiros de Azambuja, ao qual se associaram no âmbito de fazer o teste da resposta operacional e ativarem o plano municipal de emergência. O plano municipal de emergência é de 2020, e os planos municipais de emergência têm obrigatoriedade de, num prazo máximo de cinco anos, realizar um teste aquilo que é o plano municipal de emergência. Como tal, vão aproveitar o exercício que está a ser desenvolvido pelos bombeiros de Azambuja, e vão também testar a operacionalidade, não só a nível regional e sub-regional, mas também a nível municipal, através do plano de emergência e da resposta também a nível municipal. -----

----- **Ponto 2 – Informação n.º 19 / P / DAF / 2022** -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, referiu que na página um, ponto um, diz o seguinte “informação económica e financeira semestral teve por base, entre outros, os seguintes documentos apresentados pelo município”, e gostaria de saber o que significa entre outros. Na página dois, ponto quatro, primeiro parágrafo refere “o município de Azambuja não aplicou e não dispõe de informação acerca da plenitude dos investimentos realizados no passado pelo município, e cedidos às concessionárias, bem como dos investimentos realizados pelas concessionárias e que venham a reverter para o município no final dos respetivos contratos”, e quer saber o que é que isso significa. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE, solicitando que fosse completamente esclarecido em relação à questão do ponto quatro do parecer do revisor, e que considerações é que o executivo tem a fazer acerca dessa questão. -----

----- O Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU, mencionou que foi vereador durante muitos anos e sabe do que se trata, mas de qualquer maneira, pensava que o município tinha alguém que pudesse acompanhar tecnicamente o que ali está. De repente apercebeu-se que poderá ser um grave problema, porque no momento, se forem perguntar à câmara os valores exatos dos investimentos realizados pelo município ou apenas participados e os investimentos realizados pela empresa concessionária, o senhor presidente da câmara não tem condições para responder, o que a câmara entregou e quanto é que isso agora vale em investimentos, não sabem responder, porque não há ninguém nos serviços técnicos que faça esse acompanhamento técnico, e não está a falar da comissão de acompanhamento, que tem outras responsabilidades, uma vez que se preocupa apenas com o cumprimento do contrato. Recomendou ao município que nomeie alguém dos serviços municipais para fazer esse acompanhamento. Sabe-se que na altura da concessão do contrato, a câmara recebeu três milhões de euros da empresa por conta dos investimentos que até à data tinha feito e que iriam ser concessionados, porém esse valor, o revisor oficial de contas ou o ignora, ou não o quer considerar. Há, portanto, um problema, e recomendou à câmara que o resolvesse com tempo, uma vez que todos os valores relevantes serão considerados na hora em que a concessão acabar. ---

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que alguma coisa poderá dizer em relação a essa matéria. Tem a ver em parte com o contrato de concessão das ÁGUAS DE AZAMBUJA, e contrariamente ao que o senhor deputado David Mendes disse, há um acompanhamento efetivo e

controlado de todas as empreitadas e de todas as intervenções, que foram feitas ao abrigo do contrato de concessão. No momento a única coisa que está pendente é o saneamento da zona industrial, e não foi feito ainda porque estão em demanda com o IP, nomeadamente, em relação ao arranjo da estrada e porque há a necessidade urgente e imperiosa de fazer uma nova estação de tratamento em Azambuja. -----

----- A Doutora Irene Lameiro, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, explicou que o que acontece quando se estão a desenvolver esses trabalhos, é que os auditores se instalam durante alguns dias nos vários serviços, e vão sucessivamente solicitando documentos que fotocopiam e analisam no local, ou que levam para o respetivo escritório. Dado que o documento é dos auditores, a única interpretação que conseguem dar à frase é essa, além dos documentos base, eles levam uma série de outros documentos que vão solicitando na contabilidade, ou consoante surja aspetos práticos para a redação do relatório. -----

----- **Ponto 3 – Prorrogação do prazo para concretização da transferência das competências no domínio da ação social** ----- **P 4/P/2023**

----- Foi presente pelo PS um requerimento para prorrogação de tempo em mais uma hora para finalização da Ordem de Trabalhos. -----

----- Foi o mesmo colocado a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 3 (2 CH e 1 PS) | Abstenção: 0 | Favor: 24 (11 PS, 8 PSD, 4 CDU e 1 BE) -----

----- Aprovado por maioria. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, informou que a proposta vem na sequência da prorrogação do prazo, para a assunção das competências da segurança social pelo município, e por isso, foi levada à câmara para iniciarem as competências a partir do dia três de abril do presente ano. -----

----- A Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE, expôs que lhe faz confusão como é que algo que vem desde 2018, que se sabe que vai acontecer, passa para março de 2022 e depois para 2023. Sabe que o processo é complexo, porém, estão a falar de ação social, pessoas, necessidades de pessoas e gostava de perceber o que é que falta exatamente para que se proceda a essa transferência. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, elucidou que inicialmente o governo transferia uma verba diminuta, e com a prorrogação da transferência da competência o governo transferiu

cerca de duzentos e quarenta e seis mil euros, portanto, valeu a pena esperar. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, afirmou ser verdade, a transferência já vem de algum tempo atrás, porém, as pessoas não deixaram de estar a ser acompanhadas. A segurança social continuou a fazer o acompanhamento, e ninguém foi prejudicado com o facto de as competências ainda não terem passado para o município. Em janeiro não assumiram, porque ainda faltavam dados, nomeadamente, os dados que o senhor presidente indicou. Inicialmente iriam transferir uma verba de cerca de trinta e três mil euros, e não estava bem definida nem chegaria para os apoios pecuniários, e no momento, vão passar a transferir duzentos e quarenta e seis mil euros, onde já está incluído verbas de funcionamento. Antigamente só iam transferir verbas para um recurso humano e no momento já são para dois recursos humanos, ou seja, valeu a pena não ter aceitado logo. Nesse prazo, as colegas da ação social continuam a ter formação, que tem servido para aperfeiçoar ainda mais. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto 4 – Autorização para a Assunção de Compromisso Plurianual – Locação Financeira** -----

----- **P 16/P/2023**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, explanou que o processo resulta de uma candidatura que fizeram ao fundo ambiental, há cerca de dois anos, porque querem adquirir dois veículos elétricos, sendo um participado na sua totalidade pelo fundo ambiental. Para tal, foram obrigados a fazer um contrato de locação financeira, com o visto do tribunal de contas. -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, questionou que veículos são, se vão substituir algum que já tinham, e se fazem falta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que são RENAULT ZOE, e fazem falta. ---

----- A Senhora Deputada Sandra Azeitão do grupo BE, perguntou se são veículos ligeiros e a que serviço se destinam. Referiu querer perceber porque é que deram prioridade aos veículos ligeiros, pois eventualmente, terá sido por questões de orçamento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que são veículos ligeiros, e que não foram



escolhidos por questões de orçamento. Um dos veículos irá ser transferido para o centro de saúde, para substituir um velho que está num estado calamitoso, e o outro é para os serviços municipais. --

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 2 CH | Favor: 25 (12 PS, 8 PSD, 4 CDU e 1 BE) -----

----- A proposta foi aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 5 – Revisão Orçamental** ----- **P 18/P/2023**

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que já tinha dado um pouco a explicação de que no mês de dezembro, entraram nos cofres municipais aproximadamente três milhões de euros, o que impossibilita qualquer tipo de ação de grande avulta para gastar esse dinheiro. Não significa que não haja projetos para se fazer e desenvolver, mas em termos temporais não conseguiam. Depois, é distribuir a verba pelas rubricas do orçamento que ficaram por reforçar. -----

----- Interveio o Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU, dizendo que tinha algumas constatações e um esclarecimento. Na última assembleia municipal, pensa que foi o deputado Firmino Amendoeira, mas só se apercebeu na ata, disse que o concelho de Azambuja não tinha elegido uma comissão de festas, mas sim um grupo de pessoas para gerir o município da melhor maneira. Considerando essa intervenção, esteve a fazer uma contas, e chegou à conclusão que a câmara gasta na verdade um milhão de euros em festas, sendo apenas uma constatação e uma piada. Estudos, projetos e consultoria, estudos de projetos urbanísticos, a câmara está a gastar quinhentos e dez mil euros, o que acha demais para uma câmara dessa dimensão, porém, é preciso ver que são dados previsionais e que o valor pode não ser gasto. Solicitou uma explicação, porque, a alteração do orçamento da receita do município, para despesas com pessoal, estava uma dotação inicial na ordem dos quatro milhões cento e noventa e oito mil euros, e foi acrescentado um reforço de oitocentos e vinte e seis mil euros, o que acha demasiado. Enunciou a sua votação, para ser breve, que é uma abstenção, porque em relação a esse tipo de documentos sempre se absteve. -----

----- O Senhor Deputado Nelson Rodrigues do grupo PSD, expôs que considera inadmissível receberem uma proposta de revisão orçamental sem nenhum enquadramento, sem nenhuma explicação ou algo que os ajude a perceber a revisão orçamental, apenas dão uma revisão orçamental em que aumenta quatro milhões e seiscentos mil euros. Um aumento na verba custos com pessoal de oitocentos e tal mil euros, quando o orçamento foi aprovado no dia vinte e oito de dezembro, não

é uma questão técnica de quem faz o orçamento, é uma questão política, e perguntou se a câmara contratou pessoal. Onde é que essas verbas são atribuídas, em estudos, pareceres, projetos e consultoria, na verba zero dez vinte vinte duzentos e catorze aumentou 360%, outros trabalhos especializados aumentou 50,9%, aquisição de serviços sem mais nada, aumentou cento e cinquenta mil euros, outros trabalhos especializados na cultura, duzentos e oitenta e cinco mil euros, portanto, tudo outros e diversos. Ambiente e saneamento tem um aumento no plano de investimentos de trezentos e oito mil euros, cento e quarenta mil euros são para a recolha de resíduos sólidos, e gostava de perceber o porquê. Na cultura, desporto, turismo e juventude, plano de investimentos, está para o Grandella, cento e noventa mil euros e depois requalificação da zona ribeirinha da vala duzentos e oitenta mil euros. Questionou se quando se fez o orçamento em dezembro, não se sabia que isso ia acontecer. No plano de atividades municipais, cultura, turismo e juventude houve um reforço da verba de trezentos e quinze mil euros, sessenta mil é para trabalho especializado sem qualquer explicação, cinquenta e dois mil euros são para o Ávinho, portanto, vão cento e vinte mil euros. Mencionou achar que o senhor presidente fez uma confusão entre aquilo que é a tesouraria e aquilo que é a contabilidade, porque o que foi distribuído para o orçamento não é dinheiro que a câmara tem em conta e que recebeu dos impostos, é dinheiro também que recebeu de impostos, mas de obras que deixou de executar em 2022, que só teve uma taxa de execução de 65% dos investimentos previstos. No plano de investimento está o cemitério de Aveiras de Cima, e o senhor presidente falou num milhão e tal de euros para o mesmo, mas que ainda não foi adjudicada a obra, portanto, não acredita que a obra aconteça no ano corrente. Questionou se continua previsto o investimento na Escola Secundária de Azambuja, porque ainda se vai lançar o concurso e por isso não é no ano corrente que a obra vai começar, porém, está no orçamento um milhão e novecentos mil euros para a escola. Por último, referiu que gostava que o plano de investimentos estivesse acompanhado com uma calendarização, do que a câmara tem para fazer e quando prevê fazê-lo. ---
----- A Doutora Irene Lameiro, disse que a perceção desses documentos dificilmente se conseguirá fazer se olharem só para a alteração da despesa. Só conseguem de facto entender se olharem para as alterações do plano plurianual de investimentos e do plano de atividades municipais. Foi acrescentado em cada uma das ações do plano, portanto, afetando acréscimos a ações específicas, porque se analisarem só aquilo que são aumentos em estudos e consultoria ou em trabalho especializado, ficam

com valores imensos sem saber afetar a ações do plano, quer elas sejam de despesas correntes ou de capital. A situação dos recursos humanos, embora tenham ocorrido alterações no que concerne às despesas com vencimentos e com outras despesas inerentes ao pessoal, o que fizeram no mês de janeiro foi, face à impossibilidade de acolher todas as despesas que tinham transitado de 2022 para 2023, e que não tinham acolhimento financeiro no orçamento de 2023, seja porque estavam previstas e não foram concluídas, seja porque eram despesas plurianuais, foram acolhidos nesse campo. Pagamentos que não são feitos e estavam projetados, transitam para anos seguintes e depois aquando da elaboração do orçamento, contava-se que os pagamentos estivessem realizados, e nem sempre estão. O que há a fazer no início de cada ano, uma primeira alteração orçamental, só para acolher os saldos transitados, e nessa primeira alteração a única hipótese de fazer, é ir buscar o valor para cobrir esse défice às despesas previstas com pessoal, porque é uma verba pesada. Aquando da primeira revisão, vai-se repor o valor nas despesas de capital, vai-se repor o valor que foi retirado na primeira alteração, ou seja, a primeira alteração vai à câmara, vai a conhecimento da câmara, e o que se fez foi precisamente uma manobra contabilística, cobriu-se o défice das contas que transitaram com rubricas de despesas de pessoal e fez-se uma reposição. No corrente ano foram confrontados com valores inusitados nos últimos anos, que os obrigam ao pagamento de largas dezenas de euros e noutros casos, centenas de milhares de euros, em revisões de preços de empreitadas. Deu como exemplo o Parque da Milhariça, que a revisão de preços é de mais sessenta e dois mil e quinhentos euros. Têm também a revisão de preços de algumas centenas de milhares de euros da empreitada da vala do esteiro, portanto, têm grandes empreitadas, algumas foram objeto de candidatura, relativamente às quais têm de pagar revisões de preços sem contrapartida em termos de financiamento de fundos comunitários, e que tiveram de entrar no orçamento. Quanto a questões específicas, pede sempre para serem analisadas com base no plano plurianual de investimentos e no plano de atividades, porque isso sim faz corresponder verbas às ações do plano. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado Nelson Rodrigues afirmou que vai haver desenvolvimentos no cemitério de Aveiras de Cima no corrente ano, e na Escola Secundária de Azambuja também. Expôs que há de ir à assembleia um pedido de recurso a crédito bancário para o cemitério, e quanto à escola espera que o governo pague tudo. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, mencionando que a

Doutora Irene referiu que existe outras despesas referentes ao pessoal, e questionou quais. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, lembrou que na última assembleia orçamental concluiu que não iam votar um orçamento, e dois meses depois estão a rever o orçamento. Questionou se não se previa que iam receber três milhões de euros e mencionou que não se faz obra que se diz que vai fazer, e depois tem um saldo bestial e mais dinheiro para pôr no ano seguinte. Disse a Doutora Irene que há uma revisão de preços em empreitadas bastante avultada, e perguntou como serão feitos esses concursos, se está sempre a haver revisões de preços de empreitada. Mencionou que o senhor presidente disse que vai haver cemitério e escola secundária, e parece-lhe que não está orçamentado, o que quer dizer que vai haver mais uma revisão orçamental. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, expondo que gostava de saber como é que se consegue prever que existem negócios jurídicos que vão acontecer durante o ano, ou o IMT, que como todos devem saber, é um imposto municipal sobre transmissões que não se pode prever. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, perguntando se forem ver o IMT de 2018, 2019, 2020 e 2021, se é uma variação tão elevada. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, respondendo ao senhor deputado José Navarro afirmou que o IMT é um imposto imprevisível. As licenças também não sabem quando é que acontecem, não sabem quando é que os investidores querem investir, e em função disso, são duas receitas que a câmara tem e não consegue balizá-las no tempo. Informou que estão a ser penalizados por isenções de dois milhões e setecentos mil euros de IMT, que foram concedidas. As revisões de preço estão na lei, há encontro de contas, há revisão de preços para baixo e para cima, tendo existido, na obra do esteiro, preços que foram diminuídos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado David Mendes do grupo CDU, perguntando quando é que a obra do parque da Milhariça foi dada como concluída, ou se a revisão de preço se refere a obras feitas depois desse período. -----

----- A Doutora Irene Lameiro, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, afirmou que as despesas com pessoal para além dos vencimentos engloba despesas de representação, trabalho extraordinário, ajudas de custo e abono para falhas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, respondendo ao senhor deputado David Mendes informou que a revisão de preços não é de obras a mais. -----



----- Discussida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 8 (6 PSD e 2 CH) | Abstenção: 6 (4 CDU e 2 PSD) | Favor: 13 (12 PS e 1 BE) -----

----- A proposta foi aprovada por maioria. -----

----- **VII – APROVAÇÃO DA MINUTA** -----

----- Aprovada por unanimidade. -----

----- **VIII – ENCERRAMENTO** -----

----- Eram vinte e quatro horas e trinta e cinco minutos, quando o Senhor Presidente Em Exercício deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://youtu.be/WGjKxmzmLUI> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

O Presidente Em Exercício,

Rodrigo Paulo Ferreira da conceição

Primeira Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo

Segunda-Secretária,

Elisete Maria Vitorino Rodrigues